

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas. As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, o Grupo MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações.

Seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais, a companhia estabeleceu como pilares de atuação:

a) Bem-estar dos colaboradores

I. Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;

III. Plano de retomada de forma gradativa, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;

IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus);

b) Atendimento ao cliente

I. Telemedicina: a companhia passou a oferecer consultas à distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;

II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;

III. Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;

IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, como proteção digital e help desk;

V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.

c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

I. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;

II. Oferta dos cursos on-line gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização, nas áreas: Oficinas e Funilarias Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, Customer Success - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação.

Desde o início da pandemia, por meio da Fundação MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, à medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ajuda extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 17 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres), desnutrição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram no ano de 2021 R\$ 7.932,2 bilhões, com aumento de R\$ 1.185,8 bilhões ou 17,6% em relação ao ano de 2020. O crescimento ocorreu principalmente, em função das carteiras de agronegócios com 40,3% de acréscimo e do segmento empresarial com 21,5% de crescimento respectivamente.

Sinistralidade

No ano de 2021, a sinistralidade apresentou índice de 69,1%, um aumento de 19,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento da sinistralidade foi notado nas carteiras de seguro de pessoas (Impacto COVID), automóvel (Impacto pela valorização dos veículos de acordo com a tabela FIPE e agronegócios (Impacto dos eventos climáticos ocorridos no ano).

Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,0%, aumento de 0,2pp, em relação ao mesmo período de 2020.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R\$ 187,8 milhões, redução de R\$ 124,8 milhões ou 39,9% em relação ao ano anterior.

Resultado do exercício

No ano de 2021, o lucro líquido totalizou R\$ 133,5 milhões, redução de R\$ 90,5 milhões ou 40,4% inferior em relação ao ano anterior.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), em 2021 foi de 100,3%, aumento de 0,9pp, em relação aos 99,4% do mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no ano de 2021 foi de 97,9%, aumento de 2,8pp, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2021, e alterações, a MAPFRE Seguros Gerais declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 803,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta

a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título. A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas e que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com índices de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponível para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração realinha o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		7.965.082	6.710.056	Circulante		8.891.716	7.674.247
Disponível	5	20.145	58.898	Contas a pagar		509.278	622.987
Caixa e bancos		20.145	58.898	Obrigações a pagar	15	314.872	441.872
Equivalente de caixa	5	40.073	31.573	Impostos e encargos sociais a recolher	16	150.257	133.831
Aplicações	6	545.802	802.827	Encargos trabalhistas		35.678	34.377
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.664.190	2.329.850	Impostos e contribuições	17	8.471	12.907
Prêmios a receber	7	2.398.504	2.200.755	Débitos de operações com seguros e resseguros		1.110.900	1.193.024
Operações com seguradoras		23.477	5.993	Prêmios a restituir		10.522	7.048
Operações com resseguradoras	8a	242.209	123.102	Operações com seguradoras	18	16.674	82.990
Outros créditos operacionais	9	56.984	68.690	Operações com resseguradoras	8b	695.350	761.096
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	3.508.946	2.481.226	Corretoras de seguros e resseguros	19	321.198	226.102
Títulos e créditos a receber		392.451	337.770	Outros débitos operacionais	20	67.156	95.778
Títulos e créditos a receber	10a	222.512	168.773	Depósitos de terceiros	21	193.279	276.362
Créditos tributários e previdenciários	29b	144.754	145.072	Provisões técnicas - seguros	22	7.012.215	5.581.874
Outros créditos		25.185	23.925	Danos		6.766.469	5.343.839
Outros valores e bens		127.036	107.166	Pessoas		227.752	233.864
Bens à venda	11b	50.921	35.409	Vida		17.994	4.171
Outros valores	11c	76.115	71.757	Outros débitos	25	66.044	-
Despesas antecipadas		25.824	11.892	Débitos diversos		66.044	-
Custos de aquisição diferidos	12	583.631	480.154	Passivo não circulante		3.362.933	2.351.580
Seguros		583.631	480.154	Provisões técnicas - seguros	22	2.441.649	1.536.523
Ativo não circulante		6.714.891	6.059.487	Danos		2.121.452	1.314.676
Realizável a longo prazo		6.122.199	5.635.150	Pessoas		267.802	206.597
Aplicações	6	2.651.468	3.541.304	Vida		52.395	15.250
Créditos das operações com seguros e resseguros		99.638	41.469	Outros débitos		815.057	-
Prêmios a receber	7	99.638	41.469	Provisões judiciais	27	787.454	815.057
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	1.124.610	178.682	Débitos diversos	25	133.830	-
Títulos e créditos a receber		1.858.589	1.718.942	Patrimônio líquido	28	2.425.324	2.743.716
Créditos tributários e previdenciários	30b	1.053.667	916.844	Capital social		2.408.177	2.408.177
Depósitos judiciais e fiscais	27a	804.922	802.098	Reservas de capital		542	542
Outros valores e bens	11a	170.189	-	Reservas de reavaliação		397	397
Custos de aquisição diferidos	12	217.705	154.753	Reservas de lucros		180.050	243.922
Seguros		217.705	154.753	Ajustes de avaliação patrimonial		(163.842)	90.678
Investimentos		1.042	1.042				
Participações societárias		996	996				
Outros investimentos		46	46				
Imobilizado	13	64.686	55.113				
Imóveis de uso próprio		18.396	20.421				
Bens móveis		19.263	15.098				
Outras imobilizações		29.027	19.594				
Intangível	14	526.964	368.182				
Total do ativo		14.679.973	12.769.543	Total do passivo e patrimônio líquido		14.679.973	12.769.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

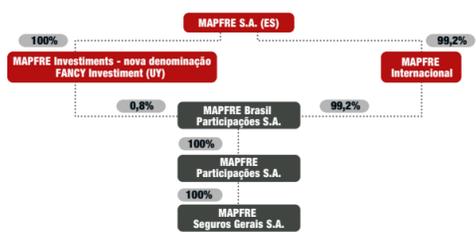
	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.408.177	-	-	-	-	-	-	29.811	-	2.438.004
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	60.867	-	60.867
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	223.993	223.993	223.993
Reserva legal	-	-	-	11.200	-	-	-	(11.200)	-	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(159.595)	-	(159.595)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(53.198)	(53.198)	(53.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.408.177	497	45	397	78.264	165.658	90.678	-	-	2.743.716
Adoção inicial - CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	(9.086)	-	-	-	(9.086)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(254.520)	-	-	(254.520)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 31 de agosto de 2021	-	-	-	-	-	-	(156.572)	-	-	(156.572)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	133.491	133.491	133.491
Reserva legal	-	-	-	-	6.675	-	-	(6.675)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(31.705)	(31.705)	(31.705)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	95.111	95.111	95.111
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.408.177	497	45	397	84.939	95.111	(163.842)	-	-	2.425.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e coseguros nos ramos de vida e elementares, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2021, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015 (revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Circular nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021), as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos, estimativas e premissas realizadas pela administração as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às informações contábeis estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3k, 22 e 26 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 10b - Ressarcimento a receber - estimados; • Notas 3b e 7 - Prêmios a Receber (redução ao valor recuperável); • Notas 3l e 27 - Provisões judiciais; e • Notas 3p e 30 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **e) Separação entre circulante e não circulante:** A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

2021 (Em milhares de Reais)

da vida útil do ativo subjacente que é determinada na mesma base que a do imóvel. Além disso, "o ativo de direito de uso" é periodicamente reduzido por perdas por redução de valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas reavaliações do passivo de arrendamento. O passivo "arrendamento" por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos esperados até o fim do contrato, considerados possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental de financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo "arrendamentos" é mensurado pelo custo amortizado, no uso do método dos juros efetivos. É reavaliado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação sobre o exercício de uma opção de compra, extensão ou rescisão do contrato ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é reavaliado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo registrado contabilmente pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, por dedução da depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando são associados a benefícios econômicos futuros e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **e) Intangível:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e os canais de distribuição (canal affinity). As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período em que ocorreram. A amortização é calculada pelo método de custo líquido segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14 e o contrato de exploração de canal affinity, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos no referido canal. **f) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos de seguro quando estes transferem o "risco significativo de seguro", definido quando possível benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **g) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base "pro rata". A alocação de prêmios em casos de contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b ii. Os valores a receber e a pagar junto aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **i) Custos de aquisição diferidos:** São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 23 meses. **j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A alocação de prêmios e custos de ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio calculada pelo método "pro rata" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica de 24 meses que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo considerados os valores reclamados. Inclui o ajuste dos Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNeR, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores são alterados no intervalo entre a data de ocorrência e a data de aquisição final. A constituição da provisão é baseada no método de desenvolvimento de sinistros pagos/incorridos, o que envolve a construção de triângulos de 48 trimestres. O objetivo é estimar os valores finais totais esperados de pagamentos de sinistros para determinado período. A combinação do método de desenvolvimento de sinistros pagos e/ou incorridos é utilizada na apuração do IBNP - *Incurred But Not Paid*. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, ou seja contempla as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O percentual de despesas é definido através do valor das despesas e das indenizações agrupadas por ramos baseados nos agrupamentos do IBNP, após definido o percentual aplica-se ao cálculo de IBNP. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atual, o que envolve a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aquisição final. A metodologia aplicada. O cálculo é baseado no método de desenvolvimento dos sinistros avisados, que consiste em apurar os avisos referentes aos sinistros ocorridos em um dado período e em que se desenvolveram e liquidaram aqueles observados em períodos de ocorrências anteriores. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP n.º 321/2015, de 15 de julho de 2015, e subsequentes alterações e Circular SUSEP n.º 517/2015, de 30 de julho de 2015, e subsequentes alterações. A fechamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos direitos e obrigações comercializados. O teste considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrência de sinistros administrativos, ou seja, ativos e passivos não reconhecidos contabilmente em função de despesas relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a "estrutura a termo da taxa de juros" (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR, IBNeR e PET. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluídas as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste foi comparado com a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o intervalo de análise realizado, não sendo possível a obtenção de uma previsão de 57,6% para a Seguradora. O resultado da análise não indicou a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data base. **l) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável e a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **m) Benefícios aos empregados:** **i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas com base na medida em que o serviço é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrados pela MAPFRE Previdência S.A. e Brasilprez Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios pós-emprego:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores. **o) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução de valor recuperável (impairment), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável até 30 de junho de 2021, e de 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributários ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 20% no período de julho a dezembro de 2021, o efeito sobre o crédito tributário diferido de junho de 2021 foi material, de acordo com o estudo de realização de expectativas do crédito tributário, feito pela Seguradora. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **q) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, desde a operação de negócios até a provisão de serviços. A Seguradora possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que contempla as atividades de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO MAPFRE Brasil incluindo empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificada), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e

de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas com parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporcional o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Seguradora. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a política geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)				Líquido de resseguro (**)				
	Auto	Danos	Pessoas	Rural	Demais	Total	Total	Total	
Centro Oeste	130.747	2%	47.022	1%	145.503	2%	81.016	1%	452.170
Nordeste	245.548	3%	37.431	0%	49.034	1%	23.335	0%	376.261
Norte	55.752	1%	24.542	0%	12.420	0%	14.259	0%	136.998
Sudeste	2.104.875	27%	1.414.912	18%	341.563	4%	139.581	2%	5.414.438
Total	452.297	6%	332.234	4%	124.001	2%	499.813	6%	1.552.240
Total	2.989.219	39%	1.856.141	23%	672.521	9%	758.004	9%	1.655.259

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)				Líquido de resseguro (**)				
	Auto	Danos	Pessoas	Rural	Demais	Total	Total	Total	
Centro Oeste	130.747	2%	37.348	1%	145.488	3%	64.169	1%	396.691
Nordeste	245.548	4%	26.046	0%	49.012	1%	22.727	0%	355.760
Norte	55.752	1%	11.236	0%	12.413	0%	14.259	0%	121.156
Sudeste	2.104.875	38%	474.277	8%	339.206	6%	91.132	2%	3.583.282
Total	452.297	8%	144.237	3%	123.316	2%	368.976	7%	1.955.572
Total	2.989.219	53%	693.144	12%	669.435	12%	561.263	10%	1.655.461

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)				Líquido de resseguro (**)				
	Auto	Danos	Vida	Rural	Demais	Total	Total	Total	
Centro Oeste	90.167	1%	36.213	1%	122.249	2%	52.976	1%	337.200
Nordeste	173.408	3%	30.748	0%	91.890	1%	20.663	0%	335.905
Norte	28.091	0%	16.483	0%	9.379	0%	14.017	0%	91.014
Sudeste	2.103.650	92%	1.338.536	20%	324.978	5%	89.311	1%	4.901.445
Total	355.777	5%	285.136	4%	58.610	1%	366.887	5%	1.805.537
Total	2.751.093	41%	1.707.163	25%	608.606	9%	542.854	7%	6.846.101

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)				Líquido de resseguro (**)				
	Auto	Danos	Vida	Rural	Demais	Total	Total	Total	
Centro Oeste	90.167	2%	32.155	1%	122.248	2%	40.455	1%	299.208
Nordeste	173.408	3%	21.456	0%	91.890	2%	20.027	0%	320.280
Norte	28.091	1%	10.367	0%	9.378	0%	13.739	0%	82.382
Sudeste	2.103.650	43%	362.268	8%	324.669	7%	44.167	1%	3.316.966
Total	355.777	7%	169.815	3%	58.610	1%	290.697	6%	957.838
Total	2.751.093	56%	596.061	12%	606.795	12%	409.085	8%	4.976.674

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R\$ (1.025) (R\$ 99.740 em 31 de dezembro de 2020).
(**) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5.555) (R\$ 36.224 em 31 de dezembro de 2020).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Sinistralidade:** simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da Seguradora, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. **b) Despesas administrativas:** simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da carteira, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Impacto patrimônio líquido/no resultado (bruto de impostos)			
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	2021	2020
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(507.969)	(270.261)	
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(88.143)	(88.143)	
Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é a dare e antecedeência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta à concentração de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A., foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.				

Rating	2021				2020			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AA+	-	-	3.079	3.079	-	-	2.018	2.018
AA	-	20.789	1.870	22.659	9.978	18.736	1.150	29.864
A+	22.552	29.023	-	51.575	22.853	14.080	54	36.987
A	-	5.653	-	5.653	-	-	-	-
A-	628.833	328.368	11.420	968.621	218.441	176.739	69.748	464.928
A-	13.147	889.876	35.353	938.376	11.636	601.006	20.164	632.806
A-	271.250	-	8.736	279.986	693.132	-	536	693.668
A3	-	-	-	-	-	-	8.408	8.408
BRAAA	8.716	-	-	8.716	748	-	-	748
BRAA+	19	-	-	19	-	-	-	-
Total	944.517	1.273.709	60.458	2.278.684	956.788	810.561	102.078	1.869.427

(*) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5.455) (R\$ 36.224 em 31 de dezembro de 2020). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguradores incluem o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um rating bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

Ativos financeiros - rating	2021				2020			
	AAA	AA	AA-	A-	AAA	AA	AA-	A-
Títulos públicos de renda fixa (*)	3.196.314	-	-	-	3.196.314	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	1.304	1.304	-	-	-	-
Caixa/Contas a pagar/receber	-	-	(348)	(348)	-	-	-	-
Total	3.196.314	956	1.304	1.304	3.196.314	956	1.304	1.304

||
||
||

continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

as seguradoras deverão implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) que considerem, como mínimo, o foco nos seguintes riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • PCN. No caso da MAPFRE, conforme admitido por esta Resolução, foram considerados também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • TI e • ASG. Para a implementação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, foi criado em 2021 um Grupo de Trabalho Interno, com representantes de diferentes áreas onde é avaliado o impacto da normativa e estabelecidos planos de ação para a sua total implementação. Até a presente data, o cronograma está sendo seguido e atividades como Constituição do Comitê de Riscos, Políticas de Controles Internos, Política e Plano de Conformidade já foram definidas. Adicionalmente, implementaremos a Resolução considerando o SCIEGR unificados incluindo a MAPFRE RE, considerando que está última faz parte do mesmo grupo Prudencial da MAPFRE. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantidade de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora. A Seguradora tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR. A partir de dezembro de 2021 passa a vigorar a Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, em que é estabelecido a Qualidade do PLA para efeito de cobertura do CMR. A Seguradora está atualizando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	2021	2020
Patrimônio líquido (a)	2.425.324	2.425.324
Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(996)	(996)
Despesas antecipadas	(25.824)	(25.824)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	(646.364)	(646.364)
Créditos tributários - diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(217.954)	(217.954)
Ativos intangíveis	(526.964)	(526.964)
Obras de arte	(34)	(34)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(4.181)	(4.181)

Títulos	Vencimento				Ativos			Total
	Hierarquia valor justo a	até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E) (E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	118.792	87.491	67.611	956	274.850	274.849	274.850	1
Fundos de investimentos	118.792	87.491	67.611	956	274.850	274.849	274.850	1
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	48.448	87.352	11.949	147.749	147.740	147.749	9
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	2	—	2	2	2
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	—	—	—	—	—	—
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	—	—	—	—	—	—
Títulos da dívida agrária - TDA	2	651	139	—	790	798	790	(8)
Quotas de fundos de investimentos	2	—	—	1.304	1.304	1.304	1.304	—
Operações compromissadas (*)	2	69.693	—	55.660	125.353	125.353	125.353	—
Caixa/contas a pagar/ receber	2	—	—	(348)	(348)	(348)	(348)	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	—	84.115	2.034.880	—	2.118.995	2.392.065	2.118.995	(273.070)
Carteira administrada	—	84.115	2.034.880	—	2.118.995	2.392.065	2.118.995	(273.070)
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	—	—	—	—	—	—	—
Debêntures	2	—	—	—	—	—	—	—
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	—	—	—	—	—	—	—
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	—	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	84.115	2.034.880	2.118.995	2.392.065	2.118.995	(273.070)
Ativos mantidos até o vencimento	270.952	129.086	403.387	—	803.425	803.425	849.495	46.070
Fundos de investimentos	270.952	129.086	403.387	—	803.425	803.425	849.495	46.070
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	270.952	—	403.387	674.339	674.339	722.092	47.753
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	129.086	—	129.086	129.086	127.403	(1.683)
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	—	—	—	—	—	—
Total	389.744	300.692	2.505.878	956	3.197.270	3.470.339	3.243.340	(226.999)

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** Os valores justos das aplicações em fundos de investimento é obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apreamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Taxa de juros contratada	2021		2020	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	—	100% CDI	100% CDI	100% CDI
Debêntures	—	CDI + 1,5 a.a.	CDI + 1,5 a.a.	—
Debêntures	—	111,5%	111,5%	—
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	—	102% CDI	102% CDI	—
Títulos da dívida agrária - TDA	10,03%	8,62%	10,03%	8,62%
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	—	—	9,27%	6,99%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,62%	3,36%	7,62%	4,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	—	—	4,84%	—
Notas do tesouro nacional - NTN-F	11,16%	6,17%	12,90%	6,17%
Operações compromissadas - LTN - O(*)	9,11%	9,11%	1,88%	1,88%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	2020		2021	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado	575.161	2.948.620	(3.322.750)	73.819
Disponíveis para venda	2.867.281	97.275	(612.022)	(424.201)
Mantidos até o vencimento	901.689	—	(160.865)	—
Total	4.344.131	3.045.895	(4.095.637)	(424.201)

	2019		2020	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado	2.501.981	2.642.596	(4.688.250)	—
Disponíveis para venda	620.829	2.520.940	(481.536)	101.445
Mantidos até o vencimento	902.535	—	(34.080)	—
Total	4.025.345	5.163.536	(5.203.866)	101.445

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência		Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
		2021	2020			
FUT DI	(937)	93.700	(93.593)	—	—	Acima de 360 dias

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	2021		2020	
	Prêmios recuperável a receber	Prêmios líquidos a receber	Prêmios recuperável a receber	Prêmios líquidos a receber
Automóvel	1.205.551	(34.756)	1.170.795	1.013.706
Patrimonial	486.360	(9.633)	476.727	556.648
Rural	207.431	(5.792)	201.639	174.475
Aeronáuticos	213.111	(5.706)	207.405	202.230
Microseguros	28.248	(2.001)	26.247	44.913
Riscos financeiros	54.750	(936)	53.814	50.673
Pessoas coletivo	54.313	(5.236)	49.077	51.677
Riscos especiais	34.718	—	34.718	30.207
Marítimos	49.462	(1.510)	47.952	66.510
Responsabilidades	40.100	(1.925)	38.175	32.014
Habitacional	995	(90)	905	1.601
Demais ramos	205.858	(15.170)	190.688	110.353
Total	2.580.897	(82.755)	2.498.142	2.335.007

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3b.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Saldo inicial	2.242.224	2.124.137
(+) Prêmios emitidos	9.219.898	9.032.342
(+) IOF	461.268	436.097
(+) Adicional de fracionamento	2.418	2.591
(-) Prêmios cancelados	(1.072.024)	(1.891.315)
(-) Recebimentos	(8.365.670)	(7.454.386)
(-) Redução/(Aumento) ao valor recuperável	10.028	(7.242)
Saldo final	2.498.142	2.242.224

	2021	2020
c) Composição por prazo de vencimento	2021	2020
A vencer até 30 dias	860.629	869.461
A vencer de 31 a 60 dias	304.891	401.365
A vencer de 61 a 120 dias	478.066	397.919
A vencer de 121 a 180 dias	297.334	210.990
A vencer de 181 a 365 dias	312.691	190.144
A vencer acima de 365 dias	99.638	41.469
Total a vencer	2.353.249	2.111.367
Vencidos até 30 dias	85.860	86.210
Vencidos de 31 a 60 dias	43.175	23.808
Vencidos de 61 a 120 dias	10.219	12.284
Vencidos de 121 a 180 dias	2.326	2.525
Vencidos de 181 a 365 dias	1.982	4.184
Vencidos acima de 365 dias	1.331	1.846
Total vencidos	144.893	130.857
Total	2.498.142	2.242.224

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 33 dias. O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 282 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESEGUADORAS E ATIVOS DE RESEGURO

	2021	2020
Recuperação de sinistros	260.642	166.161
Redução ao valor recuperável - RVR	(18.433)	(43.059)
Total	242.209	123.102

	2021	2020
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	3.291.379	1.474.118
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	145.705	139.250
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	153.068	152.861
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	973.185	819.326
Provisão de despesas relacionadas - PDR	70.219	74.363
Total	4.633.556	2.659.918

	2021	2020
Passivo	2021	2020
Prêmios cedidos	748.333	828.418
Comissões a recuperar	(72.851)	(66.476)
Salvados e ressarcimentos	19.868	19.154
Total	695.350	781.096

	2021	2020
1. Ajustes contábeis (b)	(1.422.317)	(1.422.317)
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	25.339	25.339
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	295.042	295.042
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	320.381	320.381
PLA - Nível I (*)	858.798	858.798
PLA - Nível II	295.042	295.042
PLA - Nível III	169.547	169.547
Subtotal PLA - Nível (d)	1.323.388	1.323.388
Limitador CMR - PLA Nível I	858.798	858.798
Limitador CMR - PLA Nível II	295.042	295.042
Limitador CMR - PLA Nível III	153.151	153.151
Subtotal PLA - Limitador (e)	1.306.991	1.306.991

	2021	2020
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f)	(16.396)	(16.396)
4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. econ. + Ajust. do Exc. de Nível 2 e 3 (e + a+b+c+d)	1.306.991	1.306.991
5. Capital mínimo requerido	15.000	15.000
Capital base (CB)	15.000	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	1.021.005	1.021.005
Capital de risco de subscrição	760.775	760.775
Capital de risco de crédito	220.562	220.562
Capital de risco operacional	47.209	47.209
Capital de risco de mercado	216.449	216.449
Correlação entre os riscos	(223.900)	(223.900)
Capital mínimo requerido (g)	1.021.005	1.021.005
Suficiência de capital (h = e - f)	285.985	285.985
Suficiência de capital (g / f)	28,0%	28,0%
Índice de solvência (i = e / f)	1,28	1,28

(*) Inclui os ajustes determinados no par

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

22. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de benefícios a conceder - PMBAC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR
Provisões técnicas - seguros						
Saldo inicial	3.443.873	—	2.671.262	440.054	424.258	138.950
Constituições	7.932.163	—	—	278.710	—	60.305
Diferimento pelo risco decorrido	(7.341.404)	—	—	—	—	—
Reversões	—	—	3.069.908	—	—	—
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	—	—	(3.878.303)	—	—	—
Saldo final	4.064.147	—	2.638.313	440.054	424.258	138.950

	2020					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET
Provisões técnicas - seguros						
Saldo inicial	3.656.487	—	389.433	412.978	85.403	252
Constituições	6.746.361	—	291.646	173.207	123.697	—
Diferimento pelo risco decorrido	(6.955.097)	—	—	—	—	—
Reversões	—	2.594.423	—	—	124.193	—
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	—	(4.083.079)	—	—	(192.374)	(249)
Saldo final	3.443.873	2.671.262	440.054	424.258	138.950	—

	2021					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET
Provisões técnicas - resseguros						
Saldo inicial	819.326	1.474.118	152.861	139.250	74.363	2.659.918
Constituições	2.248.367	—	211.486	—	367.019	—
Diferimento pelo risco decorrido	(2.123.316)	—	—	—	—	—
Reversões	—	2.400.442	—	—	60.540	—
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	—	(757.100)	—	—	(64.989)	—
Saldo final	973.185	3.291.379	153.068	145.705	70.219	4.633.556

	2020					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET
Provisões técnicas - resseguros						
Saldo inicial	606.823	1.860.946	142.332	134.308	44.331	2.788.740
Constituições	1.892.489	—	961.317	—	380.276	—
Diferimento pelo risco decorrido	(1.676.166)	—	—	—	—	—
Reversões	—	731.784	—	—	816.650	—
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	—	(1.259.508)	—	—	(43.519)	—
Saldo final	819.326	1.474.118	152.861	139.250	74.363	2.659.918

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 1.665.049 (R\$ 892.824 em 31 de dezembro de 2020).

(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.030.772 (R\$ 135.511 em 31 de dezembro 2020).

23. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido o cosseguro cedido.

Bruto de resseguros	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Montante estimado para os sinistros	25.481.124	3.446.106	3.558.853	3.432.632	3.202.940	4.053.783	4.053.783
Um ano após o aviso	25.617.707	3.832.860	3.893.664	3.634.003	3.734.969	—	3.734.969
Dois anos após o aviso	25.809.417	3.914.412	3.989.719	3.660.643	—	—	3.660.643
Três anos após o aviso	26.007.236	3.998.509	4.082.240	—	—	—	4.082.240
Quatro anos após o aviso	26.227.322	4.595.652	—	—	—	—	4.595.652
Cinco anos ou mais após o aviso	26.499.904	—	—	—	—	—	26.499.904
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2021	26.499.904	4.595.652	4.082.240	3.660.643	3.734.969	4.053.783	46.627.191
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	25.565.392	3.553.857	3.741.977	3.451.246	3.049.205	2.642.269	42.003.946

Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2021 (*)	934.512	1.041.795	340.263	209.397	685.764	1.411.514	4.623.245
Retrossessão	—	—	—	—	—	—	764.229
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	—	5.389.714

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	18.583.456	2.317.821	2.493.959	2.305.780	2.306.807	2.642.269	2.642.269
Um ano após o aviso	23.687.027	3.028.623	3.292.468	3.295.215	3.049.205	—	3.049.205
Dois anos após o aviso	24.494.865	3.394.075	3.657.202	3.451.246	—	—	3.451.246
Três anos após o aviso	24.979.267	3.512.785	3.741.977	—	—	—	3.741.977
Quatro anos após o aviso	25.325.226	3.553.857	—	—	—	—	3.553.857
Cinco anos ou mais após o aviso	25.565.392	—	—	—	—	—	25.565.392
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	25.565.392	3.553.857	3.741.977	3.451.246	3.049.205	2.642.269	42.003.946

Líquido de resseguros	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	20.901.401	2.616.215	2.856.172	2.735.196	2.629.068	3.059.242	3.059.242
Um ano após o aviso	20.638.816	2.720.461	2.638.678	2.795.100	2.649.676	—	2.649.676
Dois anos após o aviso	20.742.013	2.752.372	2.678.306	2.784.877	—	—	2.784.877
Três anos após o aviso	20.711.735	2.764.840	2.656.499	—	—	—	2.656.499
Quatro anos após o aviso	20.813.635	2.758.536	—	—	—	—	2.758.536
Cinco anos ou mais após o aviso	20.834.344	—	—	—	—	—	20.834.344
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2021	20.834.344	2.758.536	2.656.499	2.784.877	2.649.676	3.059.242	34.743.174

26. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Provável	2.491	586.109	250.026	107.957
Possível	6.801	2.504.931	1.402.454	919.288
Remota	728	122.047	12.569	3.527
Total	10.020	3.213.087	1.665.049	1.030.772

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2021		2020	
	Quantidade	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Quantidade	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
De 1992 a 2000	17	549	—	—
De 2001 a 2005	33	31.659	24.707	18.069
De 2006 a 2010	203	29.378	15.269	789
De 2011 a 2015	525	103.540	43.334	4.253
De 2016 a 2021	9.242	1.499.923	947.462	6.693
Total	10.020	1.665.049	1.030.772	12.309

c) Provisão para pagamentos dos sinistros judiciais é de 52 meses.

	2021	2020
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	248.119	219.604
Montante provisionado de ações judiciais pagas no período corrente, e que se encontram provisionadas	285.086	283.288
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	57.193	26.704
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas	42.895	8.653

27. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	2021	2020	2021	2020
Natureza	47.775	57.859	6.253	10.696
Trabalhistas	40.637	52.331	10.642	5.325
Fiscais	699.042	704.867	778.591	758.346
PIS/COFINS (Receitas financeiras)	630.878	619.685	740.382	727.274
PIS/COFINS (Multa de mora)	—	—	18.069	17.651
PIS/COFINS (Outros)	14.652	14.462	8.328	8.194
CSLL	353	345	2.982	2.944
Outros	53.159	70.375	8.830	283
Outros	—	—	21.210	—
Total	787.454	815.057	795.486	793.577

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R\$ 9.436 (R\$ 8.521 em 31 de dezembro de 2020).

b) Composição das ações judiciais de natureza trabalhistas, fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Fiscais	18	1.685.877	18	1.622.433
Provável	2	630.878	2	619.685
Possível	16	1.054.999	16	1.002.748
Trabalhistas	460	133.487	622	164.224
Provável	215	47.775	335	57.859
Possível	14	6.383	21	10.006
Remota	231	79.329	266	96.359
Cível	9.695	169.122	40.637	9.487
Provável	4.718	40.636	5.097	52.331
Possível	986	86.748	652	14.197
Remota	3.991	41.738	3.738	182.749
Total	10.173	1.988.486	10.127	2.035.934

	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Saldo inicial	—	—	—	—
Adoção inicial	163.757	7.883	163.757	7.883
Constituição de novos contratos	—	44.805	—	44.805
Remensuração	—	19.966	—	19.966
Apropriação de juros	—	(36.537)	—	(36.537)
Pagamentos	—	199.874	—	199.874
Saldo final	163.757	7.883	163.757	7.883

Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração. Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados a cobertura securitária), ou ainda relacionados a cobertura securitárias pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros. Fiscais - A Seguradora possui discussões trabalhistas nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. PIS/COFINS - Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes, em processos com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro, e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I, II, III, VI, VII e VIII. A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a Seguradora entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência de referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Diante da interpretação dada, foi proposta Ação Judicial, a qual foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto Recurso de Apelação, a este foi negado provimento. Interpostos então Recursos Especial e Extraordinário, os quais ainda pendem de julgamento, sendo que após distribuição de pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março/2021, à Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou de ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos no referido processo. Após pedido apresentado perante à Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pelas seguradoras. Em razão da referida admissibilidade, foi apresentado pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27/04/2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, as seguradoras contam com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão nesta Ação Judicial. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens IV, V, IX e X.

	Provisão		Depósito		Valor do risco sem prescrição	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
PROVÁVEL	168.136	164.773	175.336	171.825	169.136	169.136
POSSÍVEL	—	—	—	—	21.557	21.073
REMTA	—	—	—	—	2.937</	

